





A LUTA HISTÓRICA DA ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS DE BRASÍLIA (APPPB) NOS IDOS DOS ANOS DE 1960


THE HISTORICAL STRUGGLE OF THE PROFESSIONAL ASSOCIATION OF PRIMARY SCHOOL TEACHERS OF BRASÍLIA (APPPB) IN THE 1960S


LA LUCHA HISTÓRICA DE LA ASOCIACIÓN PROFESIONAL DE PROFESORES DE PRIMARIA DE BRASÍLIA (APPPB) en los años 1960

 **Erlando da Silva Rêses**

Pós-doutorado em Educação (Universidade de Londres)


Universidade de Brasília (UnB) 
Brasília, DF – Brasil
erlando@unb.br

 **Antônio Carlos Andrade de Souza**
Doutor em Educação (UnB)

Universidade de Brasília (UnB) 
Brasília, DF – Brasil
toninhodorecanto@hotmail.com

 **Pedro Mesquita de Carvalho**

Bacharel e Licenciado em História (UnB)

Universidade de Brasília (UnB) 
Brasília, DF – Brasil
pedromesquitacarvalho@gmail.com

Resumo: A Associação Profissional dos Professores Primários de Brasília, APPPB foi fundada em 15 de outubro de 1960. Quais as conquistas e condições sócio-históricas para a luta de docentes da educação primária na construção de Brasília? Antes daquela data, as professoras primárias organizaram um abaixo-assinado e outras publicações na imprensa, falando de suas queixas e sugestões para resolver os problemas da condição de moradia dos professores pioneiros, no início da nova capital. Estas queixas se referem ao não cumprimento de cláusulas do contrato de trabalho firmado entre os professores concursados com a Comissão de Administração do Sistema de Ensino de Brasília, que quis impor a possibilidade de dispensar os concursados. As professoras deflagraram a primeira greve, fundaram a associação, mas não conseguiram assumir a diretoria da Associação de Professores Primários de Brasília, por uma ação orquestrada de opositores junto à Administração do Ensino de Brasília. A pesquisa foi realizada com fontes primárias junto a Hemeroteca digital do Arquivo Público da Câmara dos Deputados, em publicações do Jornal Correio Braziliense, no Arquivo Público do Distrito Federal e no Museu na Educação do DF.

Palavras-chave: associação profissional dos professores primários de Brasília; história da educação do DF; comissão de administração do sistema de ensino de Brasília; greve.

Para citar - (ABNT NBR 6023:2018)

RÊSES, Erlando da Silva; SOUZA, Antônio Carlos Andrade de; CARVALHO, Pedro Mesquita de. A luta histórica da Associação Profissional dos Professores Primários de Brasília (APPPB) nos idos dos anos de 1960. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 70, p. 1-19, 27170, jul./set. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n70.27170>



Abstract: The Professional Association of Primary School Teachers of Brasília (APPB) was founded on October 15, 1960. What were the achievements and socio-historical conditions for the struggle of primary school teachers in the construction of Brasília? Before that date, primary school teachers organized a petition and other publications in the press, expressing their complaints and suggestions for solving the problems of the housing conditions of the pioneering teachers, at the beginning of the new capital. These complaints refer to the non-compliance with clauses of the employment contract signed between the tenured teachers and the Brasília Education System Administration Commission, which wanted to impose the possibility of dismissing the tenured teachers. The teachers started the first strike, founded the association, but were unable to take over the board of the Association of Primary School Teachers of Brasília, due to an orchestrated action by opponents together with the Brasília Education Administration. The research was conducted using primary sources from the Digital Newspaper Library of the Public Archives of the Chamber of Deputies, publications from the *Correio Braziliense* newspaper, the Public Archives of the Federal District and the Education Museum of the Federal District.

Keywords: professional association of primary school teachers of Brasília; history of education in the federal district; administration committee of the education system of Brasília; strike.

Resumen: La Asociación Profesional de Profesores de Educación Primaria de Brasilia, APPPB, fue fundada el 15 de octubre de 1960. ¿Cuáles son las conquistas y las condiciones sociohistóricas de la lucha de los profesores de educación primaria en la construcción de Brasilia? Antes de esa fecha, los maestros primarios organizaron una petición y otras publicaciones en la prensa, expresando sus quejas y sugerencias para solucionar los problemas de las condiciones de vivienda de los maestros pioneros, en los inicios de la nueva capital. Estas denuncias se refieren al incumplimiento de cláusulas del contrato de trabajo firmado entre los docentes en concurso público y la Comisión de Administración del Sistema Educativo de Brasilia, que quiso imponer la posibilidad de despedir a los servidores públicos. Los docentes lanzaron la primera huelga, fundaron la asociación, pero no lograron asumir la junta directiva de la Asociación de Maestros de Primaria de Brasilia, debido a una acción orquestada por opositores a la Administración de Educación de Brasilia. La investigación se realizó con fuentes primarias en la hemeroteca digital del Archivo Público de la Cámara de Diputados, en publicaciones del *Jornal Correio Braziliense*, en el Archivo Público del Distrito Federal y en el Museu na Educação do DF.

Palabras clave: asociación profesional de profesores de primaria de Brasilia; historia de la educación en el DF; comité de administración del sistema educativo de Brasilia; huelga.

Introdução

Este texto objetiva apresentar as investigações sobre a mobilização dos professores primários¹ e a posterior criação da associação de professores no Distrito Federal, nos primórdios da educação em Brasília. Nos interessa entender a forma de manifestação coletiva e as articulações destes professores, assim como a disputa inicial para a eleição e constituição da primeira diretoria da Associação Profissional dos Professores Primários de Brasília (APPPB)².

Realizamos pesquisa documental junto ao Museu da Educação do Distrito Federal (MUDE), ao Arquivo Histórico do Câmara dos Deputados, via Hemeroteca digital, no CEDOC/Sinpro-DF e no Arquivo Público do Distrito Federal.

Uma das principais fontes encontradas no Arquivo Histórico foram os periódicos que estavam disponíveis na Hemeroteca digital para acesso ao acervo do Correio Braziliense, jornal que acompanhou os primeiros anos de existência da educação do Distrito Federal. Sobre a utilização de jornais como fonte de pesquisa faremos algumas considerações iniciais.

A análise de Marx sobre ascensão de Luís Bonaparte é um trabalho importante que possibilita a reflexão sobre o jornalismo, a história e o método. Partindo dos acontecimentos do presente, inclusive o papel dos jornais da época, Marx executa um brilhante trabalho de síntese de várias partes, revelando uma totalidade do cenário e do movimento que levou à chegada com plenos poderes a figura de Bonaparte. Para isso foi necessário superar o empirismo da história positivista que oferecia opções que impossibilitariam esse objetivo. Se ater à história pessoal de Bonaparte e as fontes ‘oficiais’ poderiam transformá-lo em um tipo de protagonista heroico, pois era muito comum à época as análises de figuras políticas partirem da comparação com outros personagens históricos. No entanto, em contrapartida às formas tradicionais de entender a história em sua época, Marx partiu de um acontecimento político para revelar vários comportamentos dos grupos sociais frente às contingências da realidade, e como as classes dominantes se comportam nesses momentos de crise (Marx, 2011).

No prefácio da 2ª edição do 18 de Brumário, Marx comenta sobre as diferentes análises desse acontecimento, nos permitindo perceber como seu método (e sua metodologia) permitiu atingir essa síntese das partes, revelando uma totalidade de profundo valor histórico. O método

¹ Faremos referência à nomenclatura no masculino por causa do nome da Associação, no entanto registramos que em vários momentos utilizaremos o termo “professoras primárias” porque essas eram a maioria na Associação. Das 80 pessoas que assinaram o abaixo-assinado das reivindicações em 26/7/1960, somente 03 pessoas eram do sexo masculino.

² Sobre as demais Associações de Professores do ensino médio e depois sobre os professores secundários e primários numa mesma associação, recomendamos os trabalhos de Rêses e Souza (2022) e Souza e Rêses (2024), respectivamente. Sobre as características iniciais do sistema de ensino de Brasília, sugerimos Souza (2024).

de Marx se utiliza de fontes pouco ortodoxas para atingir uma veracidade muito mais ampla, partindo de um acontecimento supostamente pontual, superando as limitações da historiografia tradicional. Ao comentar as análises desse acontecimento, Marx faz uma crítica aos métodos de outros autores que tentaram entender o evento e os problemas de suas análises.

Victor Hugo se limita a invectivas amargas e espirituosas contra o responsável pela deflagração do golpe de Estado. O acontecimento propriamente dito parece ser, para ele, como um raio vindo do céu sem nuvens. Ele vê no golpe apenas um ato de poder de um indivíduo isolado. (...) Proudhon por sua vez, procura apresentar o golpe de Estado como resultado de uma evolução histórica precedente. Sorrateiramente, no entanto, a sua construção histórica do golpe de Estado se transforma numa apologia do herói do golpe de Estado. Desse modo ele incorre no erro dos nossos assim chamados historiadores *objetivos*. Em contrapartida, eu demonstro como a *luta de classes* na França criou circunstâncias e condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar papel de herói. (MARX, 2011, p.18).

Importante ressaltar o papel de Marx como autor de periódicos, atividade que utilizava como forma de subsistência, e como em diversas vezes não apenas no 18 de Brumário, mas em outros trabalhos Marx buscava jornais e periódicos como fonte. Nesse caso, poderíamos citar o debate feito por Marx na Gazeta Renana sobre a perseguição aos camponeses na questão do roubo de lenha e divisão das propriedades imobiliárias. Polêmicas de jornal que possibilitariam, a partir do desenvolvimento de seu método, compreender questões históricas e gerais sobre a luta de classes e a organização da sociedade.

Até pouco tempo na história das ciências humanas era forte a herança do pensamento positivista que defendia o ideal de busca pela verdade objetiva no conhecimento histórico. Dessa forma, os herdeiros da história positivista, que se apoiavam nas categorias epistemológicas das ciências naturais não admitiam outras fontes e documentos que não eram apreciadas pela tradição como “oficiais”.

Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, 2005, p. 112).

Podemos perceber a desconfiança dos positivistas em relação aos jornais como registro ou fonte histórica. Para eles, os jornais, não se tratando de documentação oficial, traziam imagens distorcidas e parciais da realidade. Isso porque, pela crítica documental da historiografia positivista, a apreensão do passado por meio das fontes acontecia de forma direta. Nesta perspectiva, os documentos contavam a história, não o historiador. No prefácio citado anteriormente Marx menciona isso, comentando a recepção de sua obra por editores, tendo sido classificada de ‘descabimento intempestivo’.

A emergência de novos objetos e questões na historiografia ampliou ainda mais as concepções em torno das fontes históricas. No entanto, como exposto acima no caso de Marx e seu 18 de Brumário, os documentos oficiais não mais davam conta de responder as indagações e possibilitar uma síntese objetiva. Como assinalou Peter Burke, “se os historiadores estão mais preocupados que seus antecessores com uma maior variedade de atividades humanas, devem examinar uma maior variedade de evidências” (BURKE, 1992, p. 14).

Assim, pelas páginas dos jornais percebemos a reação da opinião pública a respeito dos temas que a imprensa sugere ou que ela quer que sejam difundidos. O Correio Braziliense expressava opiniões diversas sobre o sistema educacional em Brasília no início dos anos 1960. Participaram nestes debates não apenas professores e gestores da educação, mas, também, políticos, jornalistas, pais e mães de alunos, dentre outros cidadãos. A notícia que circula nas páginas é construída a partir de múltiplas determinações, a partir das normas, valores, interesses e cânones do jornal. Resulta disso um jogo de forças dentro da sociedade na qual a mídia de massa está inserida.

As professoras primárias de Brasília e primeiras mobilizações

Embora os professores primários e secundários tenham feito o mesmo Concurso Nacional, em 1960, esses profissionais construíram trajetórias diferenciadas no que se refere à convocatória, à forma de realização dos encontros com a diretoria da Comissão de Administração do Sistema de Ensino de Brasília, a Caseb, e outros aspectos. É uma situação diferente dos professores primários que já estavam no processo de construção anterior a inauguração da nova capital, vinculados à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap).

A própria diretoria executiva da Caseb teve de compreender o funcionamento da oferta de ensino primário para prosseguir o trabalho, mesmo que julgasse necessário fazer alguns ajustes ou alterações. Houve o esforço e interesse em aprender com as gestoras anteriores e até em mantê-las no sistema de gerenciamento que já vinha sendo desenvolvido. Isso significa que, na estrutura de funcionamento do ‘novo’ ensino primário se mantinha a forma da organização anterior, agora com a colaboração e/ou administração da Caseb. As principais gestoras, como Santa Soyer e Stella do Cherubins, continuavam à frente da gestão.

Segundo relatos em entrevista (Distrito Federal, 1984), houve um estranhamento inicial entre os novos professores primários, aprovados no Concurso Nacional, de 1960, e os

que já trabalhavam nos anos anteriores. Os dados não são exatos, mas as duas quantidades de professores chegam próximo a 100 professores cada uma, ou seja, temos um quadro de professoras e professores primários públicos de cerca de 200 funcionários no primeiro semestre de 1960, em Brasília. A quase totalidade constituída por mulheres, com pouquíssimos homens. Nesse processo, com as divergências, é que procuramos entender como Santa Alves Soyer foi eleita vice-presidente, da Associação Profissional dos Professores Primários de Brasília, em 05 de novembro de 1960.

A seleção de mais de 100 professoras primárias de vários locais do país, através de concurso público nacional, acaba por dar uma característica diferente ao quadro de profissionais do ensino primário. Além de praticamente dobrar a quantidade de professores, também se terá uma maior quantidade de escolas e de gestores, assim como uma quantidade de novas questões, como a forma de distribuição dos professores – em quais escolas, usando quais critérios, como fazer a distribuição das turmas ou mesmo o processo de escolha dos novos gestores para as novas escolas.

Entre as muitas coisas que se relatam, a chegada das novas professoras se deu antes da inauguração de Brasília, antes de 21 de abril de 1960. A cidade como um todo era um grande canteiro de obras que, aos poucos, ia cada vez mais se ampliando com a chegada de novos trabalhadores e trabalhadoras, que também deveriam ter moradia. Esse era um grande problema para todos que chegavam: como compreender e se movimentar numa cidade que não se conhecia e que ainda estava, a cada dia, sendo construída e definida?

Alguns servidores da Caseb ficaram responsáveis por receber as novas professoras no aeroporto e levá-las até os seus locais de habitação, que, nesse primeiro momento, eram as residências chamadas de JK, que logo foram apelidadas de “janela e kitnet”, pois eram alojamentos simples de apenas um quarto, uma sala, uma cozinha e um banheiro, em um conjunto de prédio de três pavimentos, sem elevadores. Como se tinha pouca oferta de apartamentos, foram alocados em grupos de professores ou professoras solteiras. A dificuldade de conseguir alojamento individual para todas professoras e professores, onde não havia oferta de moradia, aos poucos, foi resultando em convivência de longo prazo. Há muitos relatos sobre as amizades e o companheirismo desenvolvidos para enfrentar juntos os novos desafios da nova capital.

As professoras primárias, em sua maioria, se aglomeravam num apartamento, de quarto e sala, com até quatro professoras solteiras de diferentes localidades de origem e de diferentes locais de trabalho. Houve a distribuição das turmas para as professoras do ensino

primário, em diversas escolas permanentes ou de acampamentos e/ou alojamento, de acordo com as demandas das localidades.

A relação de convivência com a nova cidade e sua precária estrutura fez com que muitos enfrentassem coletivamente estes problemas, mesmo sem ter laços anteriores, mas que fazia parte deste novo processo de construção e descoberta das muitas dificuldades e possibilidades na nova cidade e no novo trabalho.

A relação de trabalho e convivência com as novas professoras primárias e as que já estavam atuando no Distrito Federal tinha suas particularidades e as ações em comum, como por exemplo, a dificuldade em encontrar estabelecimentos comerciais para fazer as refeições durante o dia. Elas usavam das cantinas disponíveis, em locais próximos as grandes escolas, que poderiam ser também utilizadas pelas professoras primárias.

Com o passar dos meses, as condições de alojamento temporários improvisados nas moradias JK iam se transformando em problemas, pois não se apresentava nenhuma perspectiva de mudança daquela situação. Nesse aspecto, as professoras mais antigas já haviam construído uma forma melhor de pensar e definir sua moradia, entre as opções possíveis na cidade.

Mas algo veio a incomodar a tranquilidade das novas professoras: a veiculação de notícias, informais ou não, de que se haveria a necessidade de uma nova seleção de professores para aquelas que já estavam aqui, após já estarem trabalhando e morando em Brasília. Havia outros problemas também.

Foi noticiada, no Correio Braziliense, em 14 de julho de 1960, uma matéria sobre o aperfeiçoamento de professores da Caseb

durante toda a sua permanência na Caseb como professores, e, futuramente, na Fundação Educacional de Brasília, todos os mestres estarão continuamente num processo de apuração de suas habilitações, e conseqüentemente, passíveis de dispensa. Por esse motivo, por serem passíveis de dispensa, foi que os professores foram contratados com base na legislação trabalhista [...]. O curso que está sendo realizado terminará por uma prova, que eliminara os que forem reprovados. Isso significa que a prova pode eliminar. Caso um professor apresente um rendimento abaixo de um mínimo considerado eliminatório (Correio Braziliense, 1960, s/p).

A matéria, além de falar do curso de aperfeiçoamento para professores, deixa evidente a possibilidade de dispensa de professores, caso o resultado seja abaixo do exigido. A matéria continua ainda ponderando que “as professoras que estão dando o curso são todas de curso normal e do corpo do magistério de Brasília. Não há incoerência nisso. Todos nós professores, temos alguma coisa a aprender e temos alguma coisa a ensinar” (Correio Braziliense, 1960).

Carvalho (2011) menciona que, na edição do dia 27 de julho de 1960, uma matéria relata o encontro de jornalistas com Ernesto Silva e perguntaram-lhe sobre a moradia dos professores e a possibilidade de se realizar nova seleção dos docentes. O que receberam de resposta é comentado por Carvalho (2011): “quanto à possibilidade de nova seleção, o diretor da Novacap se manifestou contra, acreditando que isso iria ferir duas prerrogativas: a lisura e a competência dos responsáveis pela seleção anterior e o direito que se deve conferir aos pioneiros da educação de Brasília” (Carvalho, 2011, p. 323). Havia sempre o enaltecimento aos pioneiros de Brasília.

A maioria das professoras primárias contratadas pelo concurso nacional estavam insatisfeitas com as ameaças e a possibilidade de dispensa. Comentários chegaram às escolas sobre um novo processo de seleção. Antes dessa, outras eram as insatisfações e desaprovações em relação às cláusulas do contrato que a Caseb não estava cumprindo. Essas professoras fizeram uma carta como forma de um protesto público, junto à diretoria executiva da Caseb, com cópia a outras instâncias superiores, e a publicaram no Correio Braziliense, em 28 de julho de 1960. Essa carta foi a primeira ação coletiva publicizada de protesto das professoras de Brasília.

A carta foi dirigida ao diretor executivo da Caseb, com cópia, e assinado por 80 professores primários, com queixas e reivindicações.

nós signatários do presente memorial, do qual desejamos remeter cópia ao ministro de Educação e Cultura, ao presidente da Caseb, ao secretário de Educação e Saúde do Distrito Federal (futuro presidente da Fundação Escolar de Brasília) e à imprensa. Vimos respeitosamente, sem qualquer quebra de disciplina, dirigir-nos a V. S. a quem consideramos, não somente autoridade competente, no caso, mas a pessoa a quem estamos diretamente ligados por contrato de trabalho (Correio Braziliense, 1960, s/p).

A forma com que as professoras apresentaram os argumentos rebate e combate as alegações sobre a forma da avaliação da seleção e da credibilidade de quem a realizou. Portanto, não caberia o questionamento em nível dos candidatos. Não se tem as ameaças de realização de novo concurso por escrito, mas verbalmente era uma forma de pressionar os professores primários a apresentarem alguns comportamentos que não estavam, possivelmente, agradando a direção da Caseb ou as chefias imediatas.

Queixas constam na carta sobre adiamentos no processo de convocação e sobre as inadequações das instalações em relação ao contrato. Os professores declaram que, decorridos dois meses, “foi anunciada uma melhoria de acomodação com a construção de alojamentos de madeira, anexo ao Ensino Médio, e que acomodaria aqueles professores pela facilidade de

residirem nas proximidades do local de trabalho e poderem utilizar-se da cantina” (Correio Braziliense, 1960).

Sobre a hipótese de um novo concurso, a nota diz

sabemos que foram aprovados, na seleção preliminar, muito mais professores que os convocados para Brasília: talvez cinco ou dez vezes mais. Não desconhecemos também que muitos dos que não foram imediatamente aproveitados desejam, como nós, ao virmos para cá, viver a grande experiência educacional que nos acenava a jovem Capital da República. Mas, não compreendemos que, aqui chegados – bem ou mal instalados, mas já lecionando ou ajudando na administração escolar – sejamos submetidos a novas provas, qualquer que sejam, quando de outros professores aceitaram, pura e simplesmente, o exercício prestante do seu nobre mister, pioneiro de cujos méritos não duvidamos, mas de quem louvamos a disposição com que enfrentaram, voluntariamente, os primeiros sacrifícios. Também estranhamos que os professores do curso médio, que se submeteram a um teste completamente igual ao nosso, embora se candidatassem ao magistério do ensino médio os portadores de diploma de Faculdades de Filosofia, não estejam sendo advertidos de uma segunda e terceira seleção. E tanto assim, que alguns professores primários foram agora aproveitados no ensino médio e são eles mesmo os nossos mestres nos cursos de especialização (Correio Braziliense, 1960, s/p).

As professoras consideram que a exigência de um novo concurso seria um demérito imposto a uma experiência muito curta, em um contexto de escassez de recursos materiais, com turmas superlotadas e pressionadas por condições precárias de instalação. Isso evidencia que a Caseb não realizou uma seleção rigorosa, um fato comprovado não pelas professoras selecionadas, mas por aqueles que impuseram essa exigência.

As professoras se posicionaram.

não podemos aceitar novo concurso quando num contrato assinado vários dias após a nossa chegada nos comprometemos ao trabalho de seis horas diárias, distribuídas entre aulas, estudo dirigido, preparo de aulas e materiais didático, correção e preparação dos trabalhos escolares, acompanhamento e assistência aos alunos que necessitam de tratamento especial, participação e orientação das atividades extra-classe, a empenhar-nos no nosso próprio aperfeiçoamento cultural e técnico por meio de estudos, leituras, seminários, cursos e demais oportunidades de enriquecimento cultural que se apresentarem. Novos cursos de aperfeiçoamento o que nos prometeram, isso sim, e não provas eliminatórias com o aviso de que seremos mandadas de volta. Na maioria, os professores se deslocaram dos seus longínquos Estados, muito com as respectivas famílias, outras se demitiram dos seus empregos e ainda algumas que ficaram à disposição da Caseb, sem vencimentos e perdendo várias vantagens dos cargos que ocupavam. Não seria justo nem humano que se devolvessem dezenas de professores aos seus respectivos lugares de origem com um atestado de incapacidade (Correio Braziliense, 1960, s/p).

As professoras alegam que aceitaram sem reclamações oficiais todas as decisões que lhes foram impostas após sua chegada, a começar pela vigência do contrato, adiada para 23 de abril, o desconforto das acomodações, as designações e escolhas dos locais de trabalho, nas quais as professoras pioneiras tiveram preferência, tendo sido contempladas com promoções para o Plano Piloto, e, em seguida, os professores casados, a supressão do estágio probatório,

que lhes possibilitaria a discussão de programa a ser executado e adoção de uma unidade de trabalho, a ausência de um teste de seleção constituindo classes menos heterogêneas, até as designações de diretores e responsáveis sem levar em conta os formulários, a capacidade comprovada por cursos de especialização ou a experiência pedagógica, visto não ter havido concurso para diretores e orientadores.

As condições expressas na carta exigiam um pedido de resposta da Caseb, via diretor executivo, ao mesmo tempo em notificavam outras autoridades como o ministro da educação e cultura, ao presidente da Caseb, ao secretário da educação e saúde do Distrito Federal, futuro presidente da Fundação Escolar de Brasília, que estavam também envolvidos nos processos de busca de soluções para os problemas relacionados.

Não há uma lista oficial com os nomes dos mais de 100 professores primários selecionados e efetivados após o concurso público nacional. A carta conta com a assinatura de 80 desses professores, sendo o único documento acessado com os nomes dos primários. Alguns nomes na publicação da carta estão ilegíveis, pois a qualidade de imagem digitalizada, não permitiu uma boa leitura. Mas foi o que nos orientou com a tentativa de se fazer uma listagem mais abrangente. A relação com os nomes destes 80 professores, mulheres em quase sua totalidade, foi apresentado por Souza (2024).

Foi noticiado no Correio Braziliense, no dia 05 de agosto de 1960, que, em reunião do curso de especialização para as professoras, compareceu o diretor executivo da Caseb, Armando Hildebrand, e disse que se sentiu pressionado, incomodado com a carta. Diz a matéria que

as professoras primárias de Brasília, selecionadas pela Caseb, se dirigiram ao Professor Armando Hildebrand, diretor executivo daquela Comissão, extenso memorial publicado pela imprensa, onde reclamavam contra a ameaça de uma nova prova de seleção e faziam reivindicações a respeito da falta de cumprimento de várias cláusulas do contrato de trabalho entre elas e a Caseb (Correio Braziliense, 1960, s/p).

Nessa reunião coletiva, em visita a uma aula do curso de especialização com as professoras primárias, Hildebrand disse ter julgado a carta como inoportuna, injusta e desleal. Disse ainda que nada mais tinha a ver com o ensino primário de Brasília, pois o entregaria à prefeitura de Brasília. Numa tentativa de constranger, Hildebrand “solicitou que se levantassem aquelas que tinham assinado o memorial e, para surpresa sua, toda a sala ficou de pé, pois 80 professoras, das 99 existentes se manifestaram (somente as que exerciam cargos de direção [...] se julgaram suspeitas)” (Correio Braziliense, 1960, s/p). Segundo o jornal, houve um constrangimento quando a quase totalidade dos presentes se levantou.

Essa ação fez com que o confronto de posições entre os professores primários e o diretor executivo da Caseb ficasse em um nível mais aberto e declarado. Deu mais visibilidade e força aos assinantes da Carta. A estratégia de Hildebrand, de constrangimento aos assinantes, fracassou.

O julgamento de Hildebrand sobre a carta das professoras demonstrou que ele teria visto a questão das reivindicações como uma forma de desrespeito ao trato pessoal da autoridade direta do diretor da Caseb, pois a carta fora direcionada a outros setores de instâncias superiores, e não foi vista com os aspectos que afligiam a situação de vida pela qual passavam os assinantes. Essas movimentações foram novamente publicadas no *Correio Braziliense*.

As professoras não se conformaram, pois a Prefeitura não pode assumir o pátrio poder do Ensino Primário de Brasília, de vez que há um decreto presidencial que autoriza a criação da Fundação Educacional de Brasília com a colaboração da Prefeitura e Ministério da Educação [...] E ainda nem existem os Estatutos da tal Fundação que parece não funcionar este ano. Assim, sendo, a Caseb será até então, a contratante responsável e a quem o professorado primário terá que se dirigir (*Correio Braziliense*, 1960, s/p).

A instituição responsável pela administração do ensino em Brasília é a Caseb, legalmente constituída, para o ensino primário e secundário. A administração não depende apenas das vontades de pessoas físicas, embora passe por elas o caminho do gerenciamento.

Segundo as mestras, se o professor Armando Hildebrand não quisesse mais continuar à frente do ensino primário, só haveria uma solução aceitável: renunciar à direção executiva da Caseb. Isso porque, mesmo havendo um coordenador para o ensino primário, ele permaneceria como a autoridade imediatamente superior e continuaria a representar a Caseb no contrato de trabalho com o professorado (*Correio Braziliense*, 1960, s/p).

As professoras informaram que havia outros fatos que estavam sucedendo, em represália ao Memorial, que constam nessa matéria do *Correio Braziliense*, do dia 02 de agosto de 1960, como: 1 – a Cooperativa dos Professores que funciona em um dos apartamentos JK, foi dissolvida; 2 – os ônibus que levariam o professorado para o Rio de Janeiro em gozo de férias, com um valor mais reduzido, só transportaria os professores do Ensino Médio, criando um clima de privilégios injustos e uma divisão entre professores dos dois níveis; 3 – os apartamentos que pareciam ter sido entregues pelo Grupo de Trabalho e que se destinariam aos professores, foram distribuídos apenas para as professoras do Ensino Médio, em número de 60, sem levar em conta as reivindicações do memorial, que solicitava que fosse constituída uma comissão de seis professoras para estudar os formulários de inscrição e examinar o número de dependentes, a fim de possibilitar um critério mais justo na distribuição dos apartamentos, à medida que fossem sendo entregues. Note-se ainda que o número de

professoras primárias é três vezes superior ao número de professoras secundárias; 4 – o professor Armando Hildebrand anunciou em reunião que a cantina ou o restaurante da Caseb serviria apenas ao professorado do Ensino Médio. Diante do questionamento de uma professora primária, se ela também não teria esse direito, foi respondido que as professoras primárias poderiam utilizar os espaços da cantina e o restaurante da Caseb como visita ou pessoas estranhas. Este é o relato por parte das professoras primárias.

Ainda segundo a matéria do jornal *Correio Braziliense*, as professoras entendiam que caberia ao ministério se pronunciar, uma vez que o diretor-Executivo da Caseb não deu nenhuma resposta oficial ao Memorial, nem levou em consideração as reivindicações do professorado primário. Pelo contrário, está criando um clima nada propício ao progresso do Ensino em Brasília com o descontentamento e desajustamento do professorado. No final sofrerão os alunos, diz a matéria (*Correio Braziliense*, 1960, s/p).

Os registros escritos só manifestam a posição publicada de algumas das professoras no *Correio Braziliense*. As matérias referentes a essa manifestação dos professores, nesse jornal, eram atribuídas à professora Cecília Queiroz Campos, que colaborava com uma coluna no jornal.

No início de setembro de 1960, após a volta do recesso escolar do meio do ano, é noticiado uma greve de professores que seria iniciada em 12 de setembro de 1960. Não é muito evidente, mas a presidente do Grêmio Estudantil JK, do colégio Caseb, Cosete Ramos, diz que os estudantes do Caseb, apoiaram a realização da greve dos professores. Se imagina, então que uma greve também foi movimentada junto aos professores secundários, que atuavam no Ginásio Caseb. Mas não se sabe de fato como essa greve aconteceu de forma isolada ou em conjunto, entre os dois segmentos dos professores.

Não encontramos registros escritos sobre as formas de realização desta greve. Os registros do *Correio Braziliense*, acompanhados por Carvalho (2011) noticiaram a movimentação da greve dos professores primários, entre os dias 12 e 18 de setembro de 1960.

Carvalho (2011) diz que Armando Hildebrand forçou um adiamento da greve por 48 horas, que foi respondido pelos professores com uma nova publicação com exigências, acompanhada de uma condição imposta pelos professores: “aprovação do projeto da construção das duzentas casas, financiadas às professoras, ao preço máximo de 700 mil cruzeiros, e em prestações nunca superiores a 7 mil cruzeiros mensais” (Carvalho, 2011, p.

327).³ Os professores adiaram “o movimento de greve em atendimento ao governo e apelam, para que o presidente da República tome medidas decisivas para promover habitações condignas aos professores” (Carvalho, 2011, p. 238). Alegavam que o presidente já havia determinado ao Grupo de Trabalho que entregasse apartamentos aos professores.

Segundo Carvalho (2011), a primeira greve dos professores de Brasília, anunciada no dia 12 (segunda-feira), se encerraria no dia 18 de setembro (domingo) e, como não poderia deixar de ser, com muitas promessas aos professores, ao que tudo indica sem fundamento concreto. Em menos de trinta dias depois foram fundadas as duas associações de professores: uma do ensino primário e outra do ensino secundário.

Não temos informações de como foi a abrangência da greve nem como Cecília Queiroz e o grupo conduziam tais mobilizações. Assim como não temos os nomes de outras lideranças ou pessoas de destaque destas ações junto aos professores.

As duas associações, a dos professores primários e a dos professores secundários de Brasília foram fundadas em 15 de outubro de 1960 (Rêses; Souza, 2022). Não foi encontrado nenhuma manifestação escrita por parte das duas associações sobre a greve. A criação da APPPB foi noticiada no jornal *Correio Braziliense*, em 19 de outubro de 1960. Também foi noticiada a chamada à eleição da diretoria da APPPB para o dia 5 de novembro de 1960.

As professoras da educação primária, que se aproximavam da professora Cecília Queirós Campos, que alimentava uma coluna no jornal *Correio Braziliense*, tentaram organizar a associação dos professores primários. Sob a orientação de Cecília, criaram a APPPB, em 15 de outubro de 1960, no mesmo dia em que foi fundada a Associação Profissional dos Professores do Ensino Médio de Brasília (APPEMB). A APPPB elegeu sua diretoria em 05 de novembro de 1960, em meio a controvérsias. Em nota, o grupo fundador da associação, denunciou que a composição na eleição, no grupo concorrente, com “diretoras e com a participação acintosa da coordenação do ensino primário. Ou seja, pessoas com cargos de confiança, e até de chefia” (Carvalho, 2011, p. 330). A matéria do jornal continua dizendo que “poderão vir-se obrigado, na função, na hipótese de possível choque entre a Associação e as autoridades do ensino, **‘a Trair a Classe ou Perder o cargo’**” (*Correio Braziliense*, 1960, s/p. Grifo nosso).

3 No Boletim da Caseb, com data de 05 de janeiro de 1960, no item 2, é citado que “os professores escolhidos firmarão contratos de prestação de serviços regidos pela legislação trabalhista e perceberão salário mensal entre Cr\$ 15.000,00 e 25.000,00” (Distrito Federal, 1984, p. 33). Para se ter uma referência de valor das prestações sugeridas e a remuneração dos professores a época, uma comparação com o valor do salário-mínimo: em janeiro 1959, Decreto nº 45106-A, de 1958 Cr\$ 6.000,00. E em outubro 1960 Decreto nº 49119-A, de 1960 Cr\$ 9.600,00. Há uma variação grande de valores neste intervalo. Disponível em: <http://www.rhcontabil.cnt.br/salariominimo.pdf> Acesso em 12 jul. 2024.

Primeira eleição da diretoria da Associação dos Professores Primários de Brasília

Encontramos no jornal Correio Braziliense, na matéria do dia 08 de novembro de 1960, sob o título ‘Primeira eleição na Associação dos Professores Primários de Brasília’, um registro com os nomes dos componentes da chapa única, que foi eleita para a diretoria da APPPB: Presidente – Maria Mello de Araújo Lopes; Vice-Presidente: Santa Alves Soyer; 1º Secretário – El??a (ilegível) Lúcia Antony; 2º Secretário – Paula Fransciniti M. Rodrigues; 1º Tesoureiro – Luiz Mendes Garcia; 2º Tesoureiro – Oneide Medeiros. Conselho Fiscal – Verônica Lamos, Cleusa Santana Cabral, Maria Isaura de Albuquerque Silva; Suplentes – Hildevando Silva, Yvonne Santafé Zina, Guiomar Mattes Maia; Comissão de Relações Públicas – Maria José Gavião Batella, Dalçamires de Oliveira, Abigail de Souza Campos, Mara Nice de Almeida, Silvia Leal Carvalho, Zoé Guimarães Pereira.

A maioria dos nomes que compõem a diretoria eleita também não aparecem na lista dos 67 professores, do texto “A Educação Primária de Brasília”, das escolas em funcionamento, no início de 1960. E tampouco estão na lista professores da Revista Brasília, nº 4, de 21 de abril de 1960, edição especial. Não encontramos os 19 nomes das professoras primárias do concurso nacional, de 1960, que não assinaram a Carta, de 26 de julho de 1960, com o memorial de alegações das professoras primárias.

Parece que houve uma boa articulação para assumir o controle da associação uma posição mais próxima a administração da Caseb. Destes nomes que compuseram a diretoria, após cruzarmos os dados legíveis, encontramos três professoras que estavam entre as 80 que assinaram a primeira Carta de 26/07/1960 e compuseram a APPPB, na Comissão de Relações Públicas. Apenas uma das oitenta professoras foi trabalhar, em 1961, com uma turma na Escola de Aplicação do Curso Normal, ligado ao Centro de Ensino Médio Elefante Branco.

O grupo fundador da APPPB acabou não ter participado da eleição, pois defendia a necessidade de autonomia e unidade, em chapa única. Mesmo com uma grande abstenção, votaram 150 professores. Para Carvalho (2011), esse foi um aparelhamento da Associação pelo governo e autoridades do ensino em Brasília, principalmente depois de uma manobra radical, que foi a greve iniciada em 14 (quarta-feira) de setembro de 1960.

Sobre as eleições da APPPB, segundo Carvalho (2011), Cecília Queiroz Campos não participou da chapa única em que foi inscrita por divergir da participação dos professores que estariam em cargo de chefia e/ou confiança. É de se imaginar que aconteceram outros movimentos de disputas eleitorais que não foram revelados e que estariam determinando a condução das inscrições de chapa.

Segundo o jornal, houve cerca de 150 votantes na eleição para a direção da APPPB. Um número muito elevado de votantes, embora se tratasse da metade da base que representavam, segundo Carvalho (2011). É importante considerar que, para os padrões de uma associação iniciando a sua fundação, não foi baixa a participação. Podemos fazer algumas observações a partir dessas informações referentes a participação eleitoral:

- a) nas disputas eleitorais, o que determina o resultado da votação é a quantidade de votos, apurados. Se Cecília Queiroz tivesse mais que a metade dos votos, talvez fosse mais provável que ela reunisse condições de bancar uma chapa própria;
- b) não se sabe como o grupo de professores, que se articulou em torno de Cecília, teria em abrangência e número de votos;
- c) mas que é muito difícil, numa categoria com uma base muito separada, espalhada em muitos locais de trabalho, nas localidades do Distrito Federal, juntar uma quantidade expressiva numa composição de chapa e votando nesta chapa. Requer um nível de organização e preparação dificilmente alcançado num momento inicial, de fundação de uma entidade;
- d) é muito provável que o grupo de Cecília não tenha se preparado para uma disputa com tamanha participação. Já o grupo que compôs a chapa única se organizou e articulou seus contatos, demonstrou muita força e número de votos;
- e) tal força, além de enfraquecer Cecília e seu grupo, lhes tirou a possibilidade até de entrar numa composição de uma chapa, em que realmente fosse ter voz ou mesmo que fosse desejada a sua participação;
- f) a chapa única inscrita trouxe, na vice-presidência, a professora Santa Alves Soyer, a maior referência da gestão/administração das escolas primárias ligadas a Novacap do grupo anterior à chegada das concursadas. Já como coordenadora do ensino primário, na administração da Caseb, ela demonstrou não só organização e preparação, mas uma ação planejada para ganhar as eleições, contra o grupo fundador da APPPB. Essa construção não foi apenas casual do dia das eleições.
- g) a presença de Santa Soyer na diretoria eleita demonstra uma articulação ligada à estrutura da administração do ensino primário de Brasília, tal como denunciado por Cecília Queiroz. Tal atitude faz supor que houve uma conversa e preparação com o grupo que apoiava a administração vinculado ao diretor executivo da Caseb, Armando Hildebrand;

h) a presidente eleita da APPPB, Maria Mello de Araújo Lopes participará, durante oito anos, do Conselho de Educação do DF (Distrito Federal, 2001).

Colocando numa forma cronológica o processo de mobilização dos professores primários no ano de 1960, podemos observar que, no final do ano letivo, com o saldo das mobilizações dos professores primários em 26 de julho, em resposta, vieram as retaliações da diretoria executiva da Caseb. Em 5 de agosto, uma segunda manifestação é publicada na imprensa e uma greve acontece entre 12 e 18 de setembro. Depois disso, há a criação da APPPB, em 15 de outubro, e a eleição da diretoria em 5 de novembro. Com o final do ano letivo de 1960, em dezembro, o último ato da Caseb foi a demissão dos professores, em 31 de janeiro de 1961.

Para Carvalho (2011), analisando o contexto em que se deu as eleições,

[...] poder-se-ia perceber, nessas manobras, um aparelhamento da Associação pelo governo e autoridades do ensino em Brasília [...] essa primeira etapa do ensino de Brasília, marcada pela euforia e várias decepções – principalmente por parte dos professores – termina seu ciclo com um fato importante, que marca bem essa atmosfera: a demissão do grupo de professores ligado à greve e às mobilizações, noticiada com grande destaque pelo jornal. Na primeira folha da edição de 3 de fevereiro de 1961 [...] O problema seria a demissão - segundo o jornal em 'atitude nitidamente arbitrária' – de um grupo de professores (Carvalho, 2011, p. 330).

Não encontramos registro sobre o posicionamento das Associações relacionado as demissões. Há um silêncio, ou nenhuma notícia das duas associações de professores sobre a demissão de professores. Entre os demitidos, está a professora primária Cecília Queiroz Campos, a principal articuladora da fundação da APPPB, e autora de algumas publicações no Correio Braziliense sobre a temática da situação do ensino em Brasília.

A demissão, supostamente por conta de greve, só aconteceu no último dia da extinta Caseb, dirigida por Armando Hildebrand. Não há registros de Hildebrand sobre essa situação, mas um dos seus filhos disse que, durante muito tempo, alguns professores ficaram incomodando a tranquilidade de seu pai. Armando Hildebrand faleceu em 19 de setembro de 1994.

Em 31 de janeiro de 1961 foi o último dia de gestão do governo JK. Em 01 de fevereiro de 1961 tomou posse o presidente Jânio Quadros, que nomeou para Prefeitura do Distrito Federal o Deputado Federal Paulo de Tarso. No entanto, essa história da demissão ainda é pouco conhecida.

Considerações finais não conclusivas

A partir dos documentos históricos acessados podemos constatar que os professores primários se mobilizaram para fazer frente a essas situações de quebra de contrato e de expectativas de condições mínimas de trabalho e subsistência, como a moradia digna e a possibilidade de trazer os familiares para morarem em Brasília.

Os professores primários organizaram, dentro das condições possíveis: a) um abaixo-assinado; b) uma ação de visibilização das reivindicações frente à administração da Caseb, divulgado no Correio Braziliense; c) publicização das reivindicações a outras instâncias públicas, além da direção executiva da Caseb; d) uma greve de professores primários, entre os dias 12 e 18 de setembro de 1960, que fez a administração da Caseb se pronunciar.

Essas movimentações permitiram a criação da Associação de Professores, incluindo uma organização mínima para composição de uma direção da Associação. Além disso, a mobilização das professoras e dos professores primários fez com que aqueles mais próximos à administração da Caseb, junto aos seus contatos ou áreas de influência, não só participassem da APPPB, mas também compusessem uma chapa e assumissem a sua direção. Por conseguinte, a professora Santa Soyer, que mais tinha identificação com a administração do ensino primário, ocupou a vice-presidência da Associação.

A composição de chapa com Santa Soyer nitidamente excluía a possibilidade de uma atuação da associação em divergência com a administração do ensino de Brasília, pois estava sendo ocupada por uma de suas figuras-chave. Embora a associação tenha sido pensada como uma forma de representação dos professores primários perante a administração e o empregador, essa chapa colaborou com a criação de um perfil de atuação da APPPB em maior consonância com a administração do ensino primário de Brasília. Ainda, é bastante provável que essa ação tenha influenciado no perfil do trabalho associativista e sindical dos professores primários nos primeiros anos da educação de Brasília. Não obstante, alguns desses docentes devem ter observado como se dava a atuação dos professores secundários no mesmo período e feito perguntas e comparações entre as duas associações, entre 1961 e 1962.

A partir do final de 1961, com a autorização do Ministério do Trabalho, a Associação Profissional dos Professores do Ensino Médio de Brasília (APPEMB), ao se transformar em Associação Profissional dos Professores Secundários e Primários de Brasília (APPESPB), criou as condições para uma ação em conjunto dos segmentos primários e secundários dos profissionais de ensino de Brasília. Esta transformação possibilitou um processo de disputa entre as duas formas de atuação.

O conservadorismo presente na primeira diretoria da APPPB, se manteve durante os primeiros anos do ensino de Brasília. Durante a realização da CPI das Irregularidades no Sistema Educacional de Brasília, em 1963, foi apresentado o nome da presidente da APPPB, para depor contra a atuação da APPESPB. Mas o depoimento não aconteceu.

Por meio destas fontes históricas podemos recuperar esta primeira reação dos professores primários, antes ainda da constituição das associações, e que colaborou para a criação da organização em associação profissional.

Referências

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CARVALHO, Pedro Mesquita de. O primeiro ano letivo da capital nas páginas do Correio Braziliense. In: PEREIRA, Eva Waisros (org.) **Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956-1964)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011, p. 315-338.

CORREIO BRAZILIENSE. **Primeira eleição na APPPB**, 05/11/1960.

CORREIO BRAZILIENSE. **Protestam as Professoras de Brasília**, 28 de julho de 1960.

CORREIO BRAZILIENSE. **Fundação não possui ainda seus estatutos**, 05/08/1960, edição 091. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=028274_01&pagfis=1246

Acesso em 24 jun. 2024.

DISTRITO FEDERAL. **A Origem do Sistema Educacional de Brasília**: criação da CASEB. Projeto de Arquivo da Memória da Educação em Brasília: GDF – SEC – DEPLAN, 1984.

DISTRITO FEDERAL. **40 Anos de Educação em Brasília**. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Planejamento e de Inspeção de Ensino, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo, Contexto, 2005.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, Boitempo, 2011.

RÊSES, Erlando da Silva; SOUZA, Antonio Carlos Andrade de Souza. História da Primeira Associação dos Professores de Brasília (APPEMB) e o Contexto Socioeconômico e Educacional antes do Golpe Militar de 1964. In MANCEBO, Deise. *et al.* **Associativismo e Sindicalismo em Educação e Crises do Capitalismo Contemporâneo**. Paco Editorial, Jundiaí, 2022.

SOUZA, Antonio Carlos Andrade de. **A Associação Profissional Dos Professores Secundários e Primários De Brasília e a Relação Político Pedagógica Nos Primórdios da Capital Federal**. Tese de Doutorado. PPGE, Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

SOUZA, Antonio Carlos Andrade de; RÊSES, Erlando da Silva. Organização De Docentes Do Distrito Federal: A Repressão No Período Da Ditadura Militar. *In*: PEREIRA, Eva Waisros. *et al.* **Rupturas e Desafios da Educação no Distrito Federal (1964 - 1985)**. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2024.